

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica;
- i) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares, e;
- j) Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 198 municípios sendo 197 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (198 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2015). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 23 (vinte e três) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Balneário Barra do sul, Barra Velha, Balneário Piçarras, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Forquilha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Indaial, Itá, Laguna, Lauro Muller, Otacílio Costa, Rio do Sul e Xaxim, estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Dos 198 municípios, 178 encontram-se com o contratos de concessão vigentes, 15 com os contratos de concessão vencidos e 05 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2017	1	2034	7
2018	2	2035	4
2019	3	2036	19
2020	3	2037	0
2021	5	2038	2
2022	6	2039	4
2023	8	2040	5
2024	10	2041	3
2025	3	2042	12
2026	3	2043	11
2027	3	2044	6
2028	12	2045	4
2029	6	2046	10
2030	13	2056	2
2031	3	2065	2
2032	4	2066	1
2033	0	2081	1
Total de Municípios 178			

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foram autorizadas pelo Conselho Fiscal e de Administração em 21 e 22 de março de 2017, respectivamente.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 13 - Ativo fiscal diferido

Nota 14 - Imobilizado e Intangível

Nota 19 - Provisão para contingências

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inadequada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- c. Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	31 de dezembro de 2016 Contábil	31 de dezembro de 2016 Mercado	31 de dezembro de 2015 Contábil	31 de dezembro de 2015 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.895	2.895	107.464	107.464
Títulos e Valores Mobiliários	114.172	114.172	68.949	68.949
Contas a Receber (líquido de PDD)	202.702	202.702	161.700	161.700
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(782.935)	(782.935)	(696.744)	(696.744)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(238.559)	(238.559)	(155.220)	(155.220)

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Após avaliação interna da Companhia, não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2016, e 31 de dezembro de 2015. Entretanto, para o exercício de 2017, em atendimento ao requerido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC e Resolução n.º 064 de 08 de julho de 2016, a Companhia procederá a contratação de empresa especializada para execução dos testes e avaliações acima descritos.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	840.330	170.954	1.011.284
Deduções da receita bruta	(78.001)	(15.854)	(93.855)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	762.329	155.100	917.429
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(346.141)
Lucro bruto			571.288
Depreciação e amortização total			(68.929)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(346.530)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			5.634
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			161.463

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	732.360	146.537	878.897
Deduções da receita bruta	(68.316)	(13.656)	(81.972)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	664.044	132.881	796.925
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(325.387)
Lucro bruto			471.538
Depreciação e amortização			(64.790)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(294.747)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(5.530)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			106.471

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Imobilizado	35.916	35.697	30.714
Obras em andamento	813.801	595.936	404.883
Ativo intangível	1.435.405	1.442.012	1.439.772
Intangível em andamento	19.911	11.240	-
Estoques de Obras	-	14.676	15.105
Ativos dos segmentos reportados	2.305.033	2.099.561	1.890.474
Total do ativo circulante	406.682	395.134	362.635
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	15.466	6.240	6.517
Ativo financeiro	31.725	38.775	31.633
Depósitos judiciais	77.361	78.500	69.217
Investimentos	304	304	304
Títulos e valores mobiliários	23.372	19.616	19.387
Ativo fiscal diferido	38.583	30.111	27.989
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.898.526	2.668.241	2.408.156

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Metropolitana	318.524	275.989	257.836
Sul/Serra	151.648	134.518	129.326
Oeste	201.962	174.862	160.705
Norte/Vale	168.196	146.991	137.977
Total	840.330	732.360	685.844

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Metropolitana	128.872	111.308	102.739
Sul/Serra	20.155	17.584	16.554
Oeste	21.497	17.645	15.038
Norte/Vale	430	-	-
Total	170.954	146.537	134.331

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Florianópolis	187.167	162.375	151.184
Chapecó	46.667	40.289	37.103
Criciúma	60.962	53.676	50.143
Rio do Sul	20.990	18.432	17.524
São José	75.488	65.962	61.535
Outros	449.056	391.626	368.355
Total	840.330	732.360	685.844

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Florianópolis	103.713	88.921	82.350
Chapecó	18.019	15.389	13.342
Criciúma	15.861	13.742	12.879
Rio do Sul	-	-	-
São José	23.492	20.502	18.649
Outros	9.869	7.983	7.111
Total	<u>170.954</u>	<u>146.537</u>	<u>134.331</u>

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Despesas			
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	412.442	387.111	334.831
Vendas	86.989	78.156	65.776
Gerais e Administrativas	262.169	219.657	235.626
Total	<u>761.600</u>	<u>684.924</u>	<u>636.233</u>

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receitas			
Água	840.330	732.360	685.844
Esgoto	170.954	146.537	134.331
Total	<u>1.011.284</u>	<u>878.897</u>	<u>820.175</u>

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Bens numerários*	1	85.064	12
Bancos conta movimento	901	1.381	564
Bancos conta arrecadação	1.951	14.847	18.422
Bancos conta vinculada	42	6.172	6.126
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.895	107.464	25.124

- O valor de R\$85.064 em saldo de bens numerários refere-se a cheque administrativo da Caixa, recebido pela colocação de debêntures, compensando no dia 04 de janeiro de 2016.

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$114.172 (R\$68.949 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 124.581 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante			
Consumidores finais	152.644	121.640	100.111
Entidades públicas	25.648	32.198	30.562
Consumo a faturar	48.514	41.654	39.993
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(39.975)	(40.237)	(36.907)
Total Circulante	186.831	155.255	133.759

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Não circulante			
Consumidores finais	5.936	5.272	5.591
Entidades públicas	9.530	968	926
Créditos reconhecidos como perdas	140.633	128.408	112.959
(-) Perdas reconhecidas	<u>(140.633)</u>	<u>(128.408)</u>	<u>(112.959)</u>
Total Não circulante	<u>15.466</u>	<u>6.240</u>	<u>6.517</u>
Total Contas a Receber de Clientes	<u>202.297</u>	<u>161.495</u>	<u>140.276</u>

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2016, segregadas pela faixa de idade dos saldos: .

<u>Categoria</u>	<u>A vencer</u>	<u>< 90 dias</u>	<u>>90 dias e < 180 dias</u>	<u>>180 dias e < 720 dias</u>	<u>> 720 dias</u>	<u>Total</u>
Comercial	14.302	3.753	941	4.363	14.610	37.969
Industrial	2.297	633	198	758	3.458	7.344
Pública	18.207	2.814	2.201	8.702	62.974	94.898
Residencial	75.722	26.991	5.724	26.152	59.591	194.180
Consumo a faturar	<u>48.514</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.514</u>
	<u>159.042</u>	<u>34.191</u>	<u>9.064</u>	<u>39.975</u>	<u>140.633</u>	<u>382.905</u>
PCLD	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.975)</u>	<u>(140.633)</u>	<u>(180.608)</u>
Total Contas a Receber	<u>159.042</u>	<u>34.191</u>	<u>9.064</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>202.297</u>

- a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº063 de 08 de julho de 2016 da ARESC - Agência de Regulação de Públicos de Santa Catarina, deliberação nº 015, de 07 de julho de 2016 da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Parecer Administrativo nº 021/2016 da AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 10,81% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 15 de agosto de 2016.
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2016 a conta apresenta um saldo de R\$3.302 (R\$11.688 em 31 de dezembro de 2015 e R\$17.681 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados do contas a receber da Companhia.

10 ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais em almoxarifado	43.055	28.999	27.274
Materiais em poder de terceiros	55	55	55
Materiais em Trânsito	-	46	134
Outros	34	22	971
Total Estoques	<u>43.144</u>	<u>29.122</u>	<u>28.434</u>

11 OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Adiantamentos a fornecedores	3.136	82	-
Convênios com prefeituras	7.260	7.041	18.075
Adiantamentos a empregados	2.152	2.106	1.973
Cauções	245	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.218	1.145	1.485
Impostos a recuperar	60.018	34.315	37.707
Outros créditos	983	907	863
Total	75.012	45.841	60.348

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes dos ajustes</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos restantes</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2016</u>	<u>Saldo Contábil em 31/12/2016</u>
Balneário Gaivotas	967	121	2	726	242
Campo Alegre	573	72	2	429	143
Canelinha	853	107	2	640	213
Capivari de Baixo	120	15	2	90	30
Corupá	639	80	2	479	160
Garuva	508	63	3	318	191
Gravatal	8.267	1.033	6	2.067	6.200
Imbituba	24.816	3.096	5	9.287	15.529
Massaranduba	751	94	2	563	188
Meleiro	241	30	2	181	60
Penha	6.337	792	3	3.960	2.376
Praia Grande	983	123	4	491	491
Presidente Getúlio	1.119	140	2	839	280
São Francisco do Sul	6.423	803	4	3.212	3.212
São Jose do Cedro	3.585	448	5	1.344	2.241
Três Barras	<u>675</u>	<u>84</u>	2	<u>506</u>	<u>169</u>
Total	56.857	7.101		25.132	31.725

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Tubarão	17.000	Camboriú	7.000
Balneário Gaivota	2.420	Navegantes	6.000
Campo Alegre	1.879	Içara	15.000
Canelinha	4.094	Balneário Camboriú	40.000
Capivari de Baixo	955	Schroeder	2.000
Corupá	3.982	Sombrio	2.594
Fraiburgo	2.200	São Francisco do Sul	7.047
Guaramirim	6.535	Barra Velha	6.000
Itapoá	3.469	Itajaí	30.000
Imbituba	25.037	Joinville	135.000
Massaranduba	2.486	Papanduva	800
Meleiro	571	Três Barras	2.281
Palhoça	10.000	Timbó	5.000
Penha	8.896	Itapema	4.000
Praia Grande	1.078	São José do Cedro	3.584
Presidente Getúlio	4.536	Lages	110.000
Porto Belo	19.852	Garuva	475
João Batista	1.900	Gravatal	8.308
Total de Indenizações			<u>501.979</u>

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

				31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.975	9.994	3.597	13.591	13.680
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	43.844	10.961	3.946	14.907	10.360
Provisão para contingências trabalhistas	29.533	7.383	2.658	10.041	6.027
	<u>113.480</u>	<u>28.370</u>	<u>10.213</u>	<u>38.583</u>	<u>30.111</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>38.583</u>	<u>30.111</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Total
Imposto de Renda diferido ativo			
Em 01 de janeiro de 2015	15.440	12.549	27.989
Creditado à demonstração do resultado	<u>991</u>	<u>1.131</u>	<u>2.122</u>
Em 31 de dezembro de 2015	16.431	13.680	30.111
Creditado à demonstração do resultado	<u>8.561</u>	<u>(89)</u>	<u>8.472</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>24.992</u>	<u>13.591</u>	<u>38.583</u>

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

a) Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2015 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipa- lizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dezembro de 2016 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	801.498	(8.935)	(18)	21.035	813.580
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	640.514	(21.441)	-	2.752	621.825
Software	11.240	-	-	8.671	19.911
Total	<u>1.453.252</u>	<u>(30.376)</u>	<u>(18)</u>	<u>32.458</u>	<u>1.455.316</u>

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Água			
Produção	153.739	78.447	50.437
Distribuição	56.507	77.741	47.505
Projetos e obras de operação Imediata	<u>13.048</u>	<u>12.694</u>	<u>12.415</u>
Total Água	223.294	168.882	110.357
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final	355.133	237.131	181.238
Estudos e projetos em elaboração	172.701	144.385	81.095
Projetos e obras de operação Imediata	<u>423</u>	<u>47</u>	<u>95</u>
Total Esgoto	528.257	381.563	262.428
Projetos e obras administrativas	44.968	37.153	26.203
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	17.282	23.014	21.000
Ativos Administrativos			
Saldo inicial 01 de janeiro	35.697	30.714	28.897
Depreciação e amortização	(2.895)	(2.216)	(2.011)
Baixas, municipalizações e ajustes	(1.401)	(1.052)	199
Aquisições e transferências	<u>4.515</u>	<u>8.251</u>	<u>3.629</u>
Total Ativos Administrativos	35.916	35.697	30.714
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	<u>849.717</u>	<u>646.309</u>	<u>450.702</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos reavaliados	742.199	776.286	795.698
Tributos sobre a reavaliação	(188.319)	(194.309)	(200.564)
Saldo da reavaliação	<u>553.880</u>	<u>581.977</u>	<u>595.134</u>

- c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.200	(5.205)	10.995	11.324		11.444	
Concórdia	20.316	(6.414)	13.902	14.208		14.629	
Chapecó	189.324	(50.202)	139.122	144.608		139.103	
Criciúma Sistema Local e Integrado	279.863	(81.192)	198.671	163.375		169.831	
Curitibanos	16.397	(6.596)	9.801	10.210		10.314	
Florianópolis Sistema Local e Integrado	948.537	(337.513)	611.024	609.569		578.171	
Gravatal	-	-	-	-		8.574	
Laguna	18.688	(6.079)	12.610	12.979		13.250	
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	25.412	(9.900)	15.512	15.498		15.012	
Santo Amaro da Imperatriz	16.693	(5.606)	11.087	11.807		12.133	
São Joaquim	58.692	(9.198)	49.494	51.137		52.454	
São José	65.212	(24.491)	40.720	71.805		73.684	
São Miguel do Oeste							
Sistema Local e Integrado	25.799	(6.252)	19.547	20.513		21.011	
Siderópolis	15.189	(3.218)	11.971	54.888		57.011	
Outros	457.316	(146.456)	310.860	261.331		263.151	
	<u>2.153.638</u>	<u>(698.322)</u>	<u>1.455.316</u>	<u>1.453.252</u>		<u>1.439.772</u>	

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

<u>Imobilizado e Intangível</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Construção civil	4%	4%	4%
Equipamentos	10%	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>		
	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Encargos incidentes</u>
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	8.523	-	163.397	106.260	7,22% a.a. .+ var.cambial
Japan International Cooperation Agency - JICA	1.347	-	65.292	47.436	1,20% a.a.
Kreditanstalt Für Wiederaufbau KFW	-	1.524	-	-	4,5% a.a.+ var.cambial
Total Operações no exterior	<u>9.870</u>	<u>1.524</u>	<u>228.689</u>	<u>153.696</u>	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras	1.251	2.674	142.273	103.750	9,87% + TR
Fund. Petrobras de Seguridade Social - Petros	-	5.834	-	-	IPCA+12%a.a.
Postalis Inst. Seg. Soc. Dos Correios e Telegrafos	-	20.000	-	12.500	IPCA+12%a.a.
FIPECQ	-	2.383	-	-	IPCA+12%a.a.
Fundação de Previdência dos empregados da CEB	-	1.723	-	-	IPCA+12%a.a.
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	17.545	4.289	235.119	250.000	IPCA+09%a.a.
Debêntures	<u>12.437</u>	<u>-</u>	<u>291.892</u>	<u>200.000</u>	Ver nota explicativa
Total Operações no país	<u>31.233</u>	<u>36.903</u>	<u>669.284</u>	<u>566.250</u>	
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>41.103</u>	<u>38.427</u>	<u>897.973</u>	<u>719.946</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- a) O empréstimo e financiamento em moeda estrangeira *Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW*, foi convertido para reais, mediante a utilização da taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras, sendo 1 Euro equivalente a R\$3,4384 em 30 de dezembro de 2016 (R\$4,2504 em 31 de dezembro de 2015).
- b) Em 31 de dezembro de 2016 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2015).
- c) Em 31 de dezembro de 2016 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.
- d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2016
2017	41.103
2018	177.182
2019	177.042
2020	177.281
Após 2020	366.468
	939.076

Banco Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW) em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos, no valor de DM10.000. O contrato prevê juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho e dezembro, garantia da República Federativa do Brasil. Sua quitação foi realizada em dezembro de 2016.

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 30 de junho de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu o montante de R\$65.292. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a /Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu o montante R\$163.397 equivalente a €25.000.

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

<u>Ano dos contratos:</u>	<u>Vencimentos finais</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
2010	2032	21.273	20.660
2012	2018 a 2036	122.251	85.764
Total		143.524	106.424

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto ao Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.

Fundação de Previdência dos Empregados da CEB e outros (Banco Prosper)

Em julho de 2009 a Companhia firmou contrato com o Banco Prosper. A operação conta com prazo de carência de 2 (dois) anos, prazo total de 7 (sete) anos e taxa de juros de aproximadamente 12% ao ano + IPCA.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil; 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira; e 120%, em conta vinculada, do valor atualizado do serviço da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em setembro de 2012 o Banco Prosper teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil e desde então a Empresa BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., interveniente fiduciário das CCBs do Prosper, têm intermediado o pagamento das CCBs diretamente aos credores sendo eles:

- POSTALIS: CCB 340/09 e CCB 253/10
- PROSPER: CCB 342/09
- PETROS: CCB 193/09
- FIPECQ: CCB 324/09
- FACEB: CCB 325/09

Assim, desde a liquidação extrajudicial do Banco Prosper, os pagamentos estão sendo efetuados normalmente direto na conta dos credores.

Em 06 de janeiro de 2016, a Companhia quitou na integralidade as cédulas de créditos bancários acima.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 10 de maio de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou à constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), lastreados com recebíveis da CASAN, com o intuito de garantir o fluxo financeiro necessário a realização de obras de saneamento.

A estruturação e distribuição da operação foram coordenadas pela empresa Planner Trustee DTVM Ltda, em conjunto os seguintes participantes: Administrador/Gestor do Fundo: Caixa Econômica Federal; Gestor: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Agência de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda. (Rating Obtido: Br A); Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Análise da Carteira e Verificador das Condições de Cessão: KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda; EDI (dados): OpenText Corporação (GXS); e Distribuição: Planner Trustee DTVM Ltda e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de maio de 2014 foi iniciada as atividade do FIDC CASAN Saneamento, obtendo como resultado a colocação junto ao mercado de capitais de 216.500 cotas sêniores totalizado a capitalização de R\$216.500 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos mil reais). Também foram capitalizadas pela CASAN 6.495 cotas subordinadas, totalizando R\$6.495 (seis milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais), equivalente ao percentual de 3% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A operação autorizada possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da instrução CVM nº 356/2001 (“FIDC”);
- Emissor: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;
- Principal: de até R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Regime de Colocação: Oferta pública de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476/2001 sob regime de melhores esforços;
- Data de Vencimento: 120 meses a partir da Data de Emissão (10 anos);
- Atualização do Principal: O Principal será atualizado monetariamente pelo índice de inflação medido pelo IPCA/IBGE;
- Remuneração: 9,0% a.a.;
- Carência do Principal: 36 meses (3 anos);
- Amortização do Principal: 1,1905% do Principal por mês do 37º ao 120º mês;
- Periodicidade dos Juros: Juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo do Principal;
- Cotas Subordinadas: 3% da Operação (adquiridas pela CASAN);
- Garantia: recebíveis arrecadados correspondentes a 2,5 vezes o valor da próxima PMT;
- Índice de Cobertura da Dívida: Devem passar pela conta centralizadora pelo menos 5 vezes o valor da próxima PMT;
- Covenant Financeiro: (Dívida Líquida / EBITDA) inferior ao índice de 4,5.

Debêntures

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia aprovou a primeira emissão de 30.000 mil (trinta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 09 de dezembro de 2015 vencendo-se, portanto em 09 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em quatro séries conforme abaixo:

- 1ª série: 8.333 mil debêntures;
- 2ª série: 16.665 mil debêntures;
- 3ª série: 1.667 mil debêntures e
- 4ª série: 3.335 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a 2,7027%, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2017, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

A Remuneração das Debêntures da primeira e terceira série contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas diárias da Taxa de Juros Longo Prazo “TJLP”, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 11,95% a.a. (“Spread da primeira e terceira série). A segunda e quarta série incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% a.a.

A Companhia paga mensalmente juros remuneratórios e o montante pago até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$59.828 milhões.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador; e provisão de férias.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>			
Provisão para férias com encargos	27.956	25.763	21.745
INSS	5.426	4.994	4.256
FGTS	1.954	1.723	1.471
IR s/folha de pagamento	3.307	2.581	2.024
Plano de saúde e previdência	1.618	3.130	1.503
Consignações	2.921	2.615	1.435
Participação em resultados	3.150	3.150	3.150
Vale alimentação	23	7.465	2.654
Outros	839	413	375
Total Circulante	47.194	51.834	38.613

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 apresenta os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>			
. REFIS	12.796	11.446	12.020
. COFINS	6.297	5.214	4.948
. PIS/PASEP	1.302	1.068	1.011
. Imposto de Renda - retenções	214	148	43
. Imposto de Renda sobre lucro real	19.493	2.880	12.810
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	650	714	62
. INSS de terceiros	946	745	474
. Contribuição social sobre lucro real	8.797	2.393	4.920
. Outros	778	648	544
 Total circulante	 51.273	 25.256	 36.832
<u>Não circulante:</u>			
. REFIS	51.074	53.724	57.608
 Total não circulante	 51.074	 53.724	 57.608

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>		
	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Saldo anterior	11.446	12.020	9.105	53.724	57.608	62.659
Transferências	10.706	9.921	10.273	(10.706)	(9.920)	(10.273)
Consolidação		-	2.551			-
Atualizações (TJLP)		671	72	8.056	6.036	5.222
Amortizações	(9.356)	(11.166)	(9.981)			-
	12.796	11.446	12.020	51.074	53.724	57.608

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$188.319 em 31 de dezembro de 2016 (R\$194.309 em 31 de dezembro de 2015), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisão para contingências fiscais	128	128	128
Provisão para contingências cíveis	43.844	30.471	25.916
Provisão para contingências trabalhistas	29.533	17.726	19.370
	73.505	48.325	45.414
Depósitos judiciais	(77.361)	(78.500)	(69.217)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(3.856)	(30.175)	(23.803)

As ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$92.301 (R\$113.208 em 31 de dezembro de 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$43.844 em 31 de dezembro de 2016 (R\$30.471 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 25.916 em 31 de dezembro de 2014).

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2016 (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$29.533 em 31 de dezembro de 2016 (R\$17.726 em 31 de dezembro de 2015 e R\$19.370 em 31 de dezembro de 2014) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$4.137 (R\$38.532 em 31 de dezembro de 2015 e 2014). Houve uma reversão de R\$34.395 a título de atualização do risco atuarial conforme padrão estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 33(R1) referendada pela deliberação CVM 695.

A Companhia contratou a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, para calcular o passivo atuarial a ser atualizado em 31 de dezembro de 2016 e até a data da divulgação do balanço o relatório não estava concluso, ficando mantido o saldo apurado no relatório do ano anterior. Após o recebimento dos trabalhos a Companhia irá ajustar no primeiro ITR de 2017 o saldo desta conta.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

Descrição	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>			
PDVI com indenização única	1.215	1.218	1.236
PDVI com indenização mensal	7.536	10.002	12.716
Total Circulante	8.751	11.220	13.952
<u>Não circulante:</u>			
PDVI com indenização mensal	6.008	12.543	20.981
Total Não Circulante	6.008	12.543	20.981
Total PDVI	14.759	23.763	34.933

Até 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado do exercício, a título de despesas com o PDVI, o montante de R\$2.410 (R\$2.413 em 31 de dezembro de 2015 e R\$3.417 em 31 de dezembro de 2014).

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Inscritos	813	813	813
Processo em tramitação	0	0	0
Rescisões para datas futuras	0	0	0
Demissões com PDVI	538	538	538
Demissões sem PDVI	59	59	59
Indeferimento de pedidos	55	55	55
Desistência do empregado	161	161	161
Número de empregados	2.622	2.581	2.500
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	1.018 39%	960 37%	764 31%

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	7.894	8.013	9.670
CODESC	106	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	8.000	8.119	9.776

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante :</u>			
CELESC	7.293	7.975	5.458
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	10.657	11.339	8.822

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	19.805	20.615	12.123
<u>Não circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	62.613	72.977	91.933
Total empréstimos a pagar para acionistas	82.418	93.592	104.056

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita bruta de serviços prestados	23.676	21.646	18.544
Custos e despesas	(92.595)	(88.970)	(57.648)
Juros de empréstimo com acionista	(8.202)	(9.069)	(8.324)
Resultado	<u>(77.121)</u>	<u>(76.393)</u>	<u>(47.428)</u>

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2016, nos montantes de R\$19.805 e R\$62.613, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.853 em 31 de dezembro de 2016 (R\$18.682 em 31 de dezembro de 2015 e R\$18.678 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

	Quantidade de ações	
	31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014	
<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
Total de ações	357.547.216	357.547.216

b. Dividendos

Cálculo dos dividendos	<u>2016</u>
Lucro Líquido do Exercício	28.374
(-) Reserva Legal (5%)	1.419
Realização da Reserva de Reavaliação	<u>7.308</u>
Base para Dividendos	34.263
Dividendos Propostos	<u><u>8.566</u></u>

Em dezembro de 2016 o saldo da conta de dividendos propostos é de R\$13.800 com a seguinte composição: no ano de 2016 R\$8.566, ano de 2015 R\$1.158 e no ano de 2014 R\$4.076, no qual os valores de 2015 e 2014 pertencem ao acionista majoritário, Governo do Estado de Santa Catarina.

c. Reservas para fundo de investimentos

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração e da Legislação Societária, destinada a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá como finalidade assegurar investimentos em bens no ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos sempre que necessário, na distribuição de dividendos ou na incorporação ao capital social a ser deliberada em AGO.

d. Outros Ajustes

O valor de R\$1.139 apresentado no demonstrativo das mutações do patrimônio líquido, refere-se principalmente a diferenças em notas fiscais e de ajustes procedidos após realização de inventário patrimonial na companhia.

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tarifas de água	815.954	709.804	667.663
Tarifas de esgoto	170.906	146.505	134.288
Outras receitas de serviços de água	24.376	22.556	18.181
Outras receitas de serviços de esgoto	48	32	43
Total do faturamento	1.011.284	878.897	820.175
Impostos sobre vendas e outras deduções	(93.855)	(81.972)	(75.479)
Total receita líquida	917.429	796.925	744.696

25 DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	323.158	285.975	268.783
Materiais	51.698	45.255	43.493
Serviços de terceiros	212.261	197.342	163.509
Gerais e tributárias	48.629	25.671	27.902
Depreciações, amortizações e provisões	88.589	83.524	80.713
Recomposição de pavimentação	21.982	18.032	610
Fundos para programas municipais	15.283	29.125	51.223
Total	761.600	684.924	636.233

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários	141.998	124.337	106.411
Custos previdenciários	61.239	56.167	65.801
FGTS	15.434	13.527	11.428
Programa de alimentação	25.200	22.132	18.493
Programa de saúde	17.119	14.273	15.407
Outros benefícios	62.168	55.539	51.243
Total	323.158	285.975	268.783
 Número de empregados	 2.622	 2.581	 2.500

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2016, em relação a igual período de 2015 e 2014, é assim apresentada:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Receitas financeiras:</u>			
Descontos obtidos	661	602	14
Juros ativos	5.250	1.721	1.738
Rendimento de aplicações financeiras	11.023	16.970	12.974
Variações monetárias e cambiais	3.000	4.747	3.543
Outras	543	911	618
Total Receitas Financeiras	20.477	24.951	18.887
<u>Despesas financeiras:</u>			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(83.545)	(109.445)	(78.270)
Variações monetárias e cambiais	(715)	(1.249)	(431)
Multas e acréscimos moratórios	-	-	(6.703)
Debêntures	(53.460)	-	-
Outras	(7.319)	(9.669)	(1.666)
Total Despesas Financeiras	(145.039)	(120.363)	(87.070)
 Resultado Financeiro Líquido	 (124.562)	 (95.412)	 (68.183)

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Outras receitas operacionais:</u>			
. Pessoal à disposição	3.729	3.662	3.460
. Indenizações e ressarcimento de despesas	1.213	356	946
. Comissão prestação de serviços/convênios	20	224	78
. Ressarcimento folha de pagamento	1.280	1.158	1.531
. Recuperação do plano auxílio desemprego	34.395	-	-
. Vendas de bens do imobilizado	472	812	118
. Reembolso mensalidade Unimed	1.473	303	-
. Outras	200	89	88
Total Outras Receitas Operacionais	42.782	6.604	6.221
<u>Outras despesas operacionais:</u>			
. Baixa de imobilizado	(14)	(1.041)	(60)
. Fiscais e tributárias	(12.253)	(6.791)	(8.050)
. Causas cíveis	(13.109)	(4.373)	98.608
. Causas trabalhistas	(11.772)	71	(6.309)
Total Outras Despesas Operacionais	(37.148)	(12.134)	84.189
Outras Despesas Operacionais Líquidas	5.634	(5.530)	90.410

29 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendáveis, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$17.107. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência e dois caminhões utilizados na operação, cuja cobertura monta R\$1.090. Além disso, a Companhia possui 421 veículos alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Trata-se do imposto federal sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de Renda e a contribuição social são 25% e 9%, respectivamente, representando uma taxa de 34% para os exercícios de 2016, 2015 e 2014.
